

Proposta de padronização reúne boas práticas na elaboração de escrituras de debêntures

Iniciativa faz parte dos esforços para fortalecer o mercado de capitais, nosso principal objetivo estratégico.

Como parte dos esforços para incentivar a emissão e a negociação de debêntures, nossa Diretoria aprovou proposta de representantes do mercado para estimular a padronização das escrituras destes ativos. A iniciativa definiu parâmetros para a ordem e a redação das cláusulas, além de sugerir alguns padrões de cálculo. O objetivo é tornar as características dos títulos mais transparentes e comparáveis, além de facilitar a precificação, o que contribui para aumentar a liquidez no mercado secundário.

O conjunto de sugestões está descrito na forma de um guia de orientação e de um modelo de escritura, cuja adesão é voluntária. O primeiro reúne as orientações para a elaboração da escritura de debênture. Já o modelo reproduz as características e a sequência de informações que o documento deve conter para seguir as recomendações de boas práticas. A ideia é que emissores e coordenadores de ofertas usem o modelo proposto, que não interfere nas características negociais dos ativos, como o prazo e a rentabilidade, por exemplo.

“Tivemos inúmeras motivações

para a realização deste trabalho. Uma delas foi simplificar o processo de análise para os investidores e evitar dúvidas na interpretação das cláusulas durante a vigência da debênture. A padronização traz mais clareza nas informações”, explica Denise Pavarina, presidente da ANBIMA. De acordo com ela, algumas das sugestões como, por exemplo, a ordenação das cláusulas das escrituras, a consolidação dos aditamentos à escritura original e a

“ Uma de nossas motivações para esse trabalho foi simplificar o processo de análise para os investidores ”

**Denise Pavarina,
presidente da ANBIMA**

padronização de critérios de cálculos, auxiliam na precificação do ativo.

“Com a uniformização, os investidores poderão comparar mais facilmente uma debênture com outra”, afirma Patrícia Pimenta, uma das coordenadoras do grupo de trabalho criado para a elaboração dos materiais. A Cetip e a

BM&FBovespa também participaram dos debates, que começaram em setembro de 2014.

“Tanto o guia como o modelo não são obrigatórios. Trata-se de uma recomendação de boas práticas feita pela ANBIMA. Trouxemos para o segmento padrões mínimos de transparência, com sugestões de redação e de cálculo”, explica Antonio Marques, também um dos coordenadores do grupo de trabalho. O fórum foi formado por membros indicados pelos comitês de Precificação de Ativos, Assuntos de Tesouraria, Finanças Corporativas, Assuntos Jurídicos, Fundos de Renda Fixa & Multimercado e pelo Subcomitê de Agentes Fiduciários.

A publicação do guia e do modelo não encerra as atividades do grupo, que manterá reuniões periódicas para analisar possíveis aperfeiçoamentos de acordo com a evolução do mercado. Os documentos foram aprovados em reunião de Diretoria no começo de agosto e estarão disponíveis no nosso portal em setembro. Até o final deste mês, serão apresentados para entidades de mercado e para órgãos do governo. O objetivo dos encontros é mostrar os benefícios da padronização para investidores, emissores e coordenadores. ■

O QUE É O GUIA:

Documento que define parâmetros mínimos para a elaboração de escrituras de debêntures, com orientações sobre formas de redação das cláusulas e padrões de cálculo.

O QUE É O MODELO:

Referência de escritura de emissão de debênture que propõe o ordenamento das cláusulas.

CONHEÇA A PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DAS ESCRITURAS

Confira algumas sugestões e os benefícios decorrentes de sua adoção:



ORDENAÇÃO

- O modelo de escritura propõe a ordenação para as cláusulas do documento. A ordem sugerida é: autorização; requisitos; características da emissão; características gerais das debêntures; resgate antecipado facultativo total/amortização extraordinária, oferta de resgate antecipado e aquisição facultativa; vencimento antecipado; obrigações adicionais da emissora; agente fiduciário; assembleia geral de debenturistas; declarações e garantias da emissora (e da garantidora); disposições gerais.

QUAL A IMPORTÂNCIA DISSO?

Facilitar o acesso às informações e a comparabilidade dos ativos pelos investidores.



RESGATE ANTECIPADO

- Os emissores que optarem pela cláusula de resgate antecipado total ou de amortização extraordinária parcial, precisam garantir na escritura que estes ocorram a partir do 18º mês da emissão do ativo ou em período equivalente a 40% do prazo total do ativo, o que for maior.
- A sugestão é para que haja previsão de pagamento de prêmio no caso de exercício da opção e que a data do resgate ou amortização coincida com a data de pagamento de remuneração das debêntures.

QUAL A IMPORTÂNCIA DISSO?

A definição da data de resgate antecipado ajuda no cálculo do preço do ativo, essencial para a sua negociação



CÁLCULO

Para facilitar o cálculo dos fluxos dos ativos, a orientação é para que as debêntures:

- Tenham valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão;
- Adotem o padrão de taxas com base em 252 dias úteis;
- No caso de correção pelo IPCA, a data de rentabilidade seja no dia 15 de cada mês, para se adequar ao padrão de correção dos títulos públicos de referência (NTN-Bs, entre outros).

QUAL A IMPORTÂNCIA DISSO?

O baixo valor nominal favorece o acesso de uma parcela maior de investidores à oferta. As taxas com base em 252 dias úteis e a data de início de rentabilidade no dia 15 de cada mês ajudam a comparar as debêntures com os títulos públicos.



A jornalista Angela Bittencourt (ao centro) com os participantes do comitê. Da direita para a esquerda: Carlos Kawall, Luiz Fernando Figueiredo, Marcelo Carvalho e Fernando Honorato

Comitê Macro destaca a necessidade de reformas estruturais

Quatro membros do grupo debateram as perspectivas para a economia em encontro promovido pelo jornal Valor

A revisão da meta fiscal do governo e as perspectivas para a economia a partir da mudança deram o tom do debate que reuniu quatro integrantes do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico na sede do jornal Valor Econômico, no final de julho. Marcelo Carvalho, presidente do nosso comitê e economista-chefe do BNP Paribas para a América Latina; Fernando Honorato Barbosa, vice-presidente do Comitê e economista-chefe da Bradesco Asset Management (Bram); Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra; e Luiz Fernando Figueiredo, diretor da ANBIMA e sócio-diretor da Mauá Capital, discutiram por duas horas sobre temas como inflação, juros, contas externas e gastos públicos. O debate resultou em matéria especial de uma página na edição do Valor de 29 de julho, além de chamada na capa e referências no editorial do jornal.

Os economistas destacaram a necessidade de o governo promover mudanças capazes de restabelecer

a confiança do mercado e criar condições para a retomada do crescimento econômico. O consenso é que a expansão das despesas públicas e a dificuldade de atacar os gastos obrigatórios, aliadas ao pouco espaço para aumento da receita, tornam insustentável a trajetória da dívida bruta. “É preciso uma proposta objetiva para atacar o problema”, disse Kawall.

O encontro refletiu o Relatório Econômico, publicação que consolida o debate que ocorre a cada 45 dias no comitê e traz o cenário e as projeções do grupo dos 25 economistas para o ano corrente e para o próximo. As dúvidas em relação à trajetória da economia após a revisão da meta de superávit primário estão explicitadas no documento e foram destacadas no encontro do Valor. “As novas metas de superávit primário surpreenderam pelo tamanho do corte e pela extensão para 2016 e 2017. Isso piorou a percepção de gravidade da crise”, disse Carvalho. Em julho, o governo reduziu a meta de superávit primário de 1,19% do

PIB para 0,15% este ano; de 2% para 0,7% em 2016 e de 2% para 1,3% em 2017.

De maneira geral, o grupo avaliou como positiva a decisão do governo de “escancarar” os limites das contas públicas, porque, assim, envolve-se o Congresso e a sociedade na busca por instrumentos capazes de combater os gastos. “Parece que o estoque de surpresas negativas está acabando”, constatou Figueiredo, para quem a inflação tende a se acomodar em níveis mais baixos daqui para frente por falta de demanda.

Honorato também se mostrou otimista, lembrando que a alta do dólar e a fraca demanda interna devem impulsionar o processo de substituição das exportações e contribuir para a economia em 2016. “No período de 12 a 18 meses, vejo três boas notícias: ajuste nas contas externas, inflação em queda e substituição das importações. Esse é o caminho pelo qual o Brasil pode se recuperar”, avaliou. ■

Instituições deverão ter 75% dos profissionais certificados com a CEA

Desde o dia 1º de julho, entrou em vigor a nova versão do Código de Certificação. A maior mudança foi a alteração do limite mínimo de profissionais que devem possuir a CEA (Certificação de Especialistas em Investimentos ANBIMA). Eles são

responsáveis por assessorar os gerentes de contas sobre investimentos. A mudança reduziu de 100% para 75% a proporção de profissionais com a CEA.

Com a mudança, os profissionais que passaram a exercer a atividade de

especialista em investimentos têm até 12 meses para se certificarem. Durante este período, eles precisam possuir a CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20). A proporção de profissionais nessa situação na instituição, no entanto, não pode exceder 25%. ■

Confira as demais mudanças:

• Nova definição do público-alvo da CPA-20

Antes, a certificação era destinada aos profissionais que comercializavam produtos para investidores qualificados. Com os novos critérios de classificação de investidores estabelecidos pela CVM na Instrução nº 554, a certificação passa a ser destinada aos profissionais que atuam na prospecção, venda de produtos ou manutenção de carteira de clientes pessoa física dos segmentos de varejo alta renda, private, corporate e para investidores institucionais.

As instituições têm até junho de 2017 para se adaptarem à regra.

• Esclarecimento das regras aplicáveis aos isentos da CGA

Os profissionais isentos da realização da prova de CGA (Certificação de Gestores ANBIMA) permanecerão nesta condição enquanto estiverem vinculados a uma instituição aderente do código e exercendo a atividade de gestão remunerada de recursos de terceiros.

Perderão a condição de isento da CGA aqueles profissionais que deixarem de exercer essa atividade por período superior a três anos consecutivos.

Dessa forma, os profissionais isentos e que não estiverem exercendo a atividade de gestão remunerada de recursos de terceiros na data de publicação do código permanecerão na condição de isento até 1 de junho de 2018, perdendo a isenção após essa data.

Instituições aderentes entram no Sistema de Supervisão de Mercados

As instituições aderentes começaram a entrar no SSM (Sistema de Supervisão de Mercados) neste segundo semestre. O cadastramento marca a segunda fase do sistema, que está no ar desde maio e já tem cadastrados mais de 800 colaboradores de instituições associadas.

“Nossa meta é que todas as instituições utilizem o SSM para troca de informações com

a Supervisão até dezembro deste ano,” diz Guilherme Benaderet, superintendente de Supervisão de Mercados. Entre as funcionalidades do sistema, já é possível realizar a administração de usuários, designando acessos para a administração de códigos específicos; acessar as correspondências enviadas pela área de Supervisão, além de respondê-las e gerenciar o prazo e os documentos

para cada uma delas; enviar informações, entre outras.

Mais para frente, a plataforma poderá ser utilizada também para adesão aos códigos, acompanhamento do cronograma de supervisão periódica e consulta de estatísticas do sistema. Os membros de comissões e conselhos também contarão com uma área exclusiva com acesso a itens como atas e pautas de reunião. ■

Imobiliário: distribuição de resultados e debate sobre fomento do mercado

Foto: Danilo Quadros

A classificação dos fundos imobiliários e a base de dados de CRI (Certificados de Recebíveis Imobiliários) foram alguns dos temas em discussão no primeiro semestre no Comitê de Produtos Financeiros Imobiliários. Para a segunda metade do ano, de acordo com Reinaldo Lacerda, presidente do grupo, estão em pauta o debate sobre formas de fomentar o mercado financeiro imobiliário, a distribuição dos lucros dos fundos imobiliários, a reforma da Instrução nº 472 da CVM e as propostas de alteração da tributação incidente sobre estes produtos. Confira a entrevista completa com Lacerda.

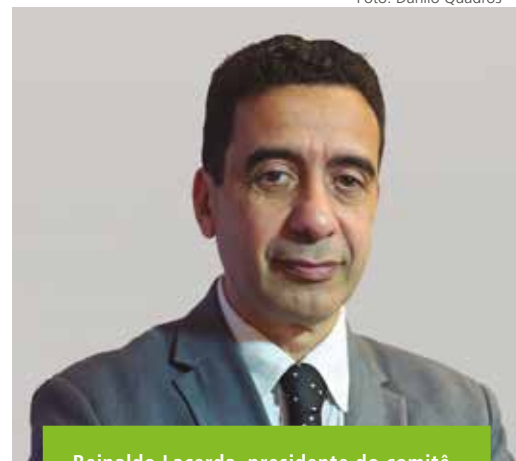
► **Qual é o principal tema em discussão no comitê?** Temos conversado com a CVM sobre a distribuição semestral mínima de 95% dos lucros auferidos pelos fundos imobiliários. O órgão regulador soltou uma orientação para que a decisão de não distribuir os lucros seja aprovada em assembleia com a presença da maioria dos cotistas presentes. Desde então, estamos avaliando os impactos operacionais e tributários desta orientação. Além deste ponto, depois de várias conversas com a Receita Federal, a entidade publicou consulta pública da Instrução Normativa nº 1.022. A

Receita propôs as alterações sugeridas pela ANBIMA e esclareceu vários pontos sobre cobrança de imposto de renda em fundos imobiliários, inclusive na questão específica da tributação de fundos imobiliários.

► **Recentemente, foi aprovada a nova classificação para os fundos imobiliários. O comitê contribuiu para o tema?** Sim. Iniciamos este processo há cerca de dois anos com o objetivo de encontrarmos a melhor forma de classificação para estes produtos, que retratasse suas estratégias e riscos para que os investidores compreendam ainda mais esses produtos. É a primeira iniciativa de classificação deste tipo de fundo, tanto na regulação como na autorregulação. O modelo será benéfico não só para os administradores, mas também para os investidores, que terão informações mais precisas. A classificação passará a valer em 1º de outubro e, ao longo de setembro, a divulgaremos ao mercado.

► **Com o mercado em ritmo mais lento, as discussões para fomentá-lo são recorrentes no comitê?** Sem dúvida. Criamos dois grupos de trabalho para avaliar esse momento do mercado. Nossa ideia é discutir como fomentar o mercado de CRI e de fundos imobiliários. Acredito que, em um momento econômico como este, o debate é ainda mais pertinente e ganha atenção de todos os participantes.

► **A criação de uma base de dados para CRI ajuda neste fomento?** Sim,



Reinaldo Lacerda, presidente do comitê

o lançamento deste mapeamento inédito em junho contribui nesse sentido. Esse tema é uma discussão de longo prazo do comitê, que resultou na divulgação neste ano. Com mais informações, todos têm mais transparência sobre o produto, o que incentiva as negociações.

► **O que teremos de novo no segundo semestre?** A CVM está prestes a publicar a Instrução nº 472, que regula os fundos imobiliários. A regra esteve em audiência pública no final de 2014 e enviamos algumas sugestões. Estamos na expectativa, pois será uma importante revisão da norma. Após a publicação, teremos novos assuntos para discutir no comitê. Outra novidade é o livro "Produtos de Captação: CRI", a ser divulgado em setembro. A publicação trará uma série de informações e análises sobre mercado, regulação, aspectos tributários e estatísticas. ■

NA AGENDA

- Reforma da ICVM nº 472
- Fomento do mercado de CRI e fundos imobiliários
- Análise dos impactos das mudanças na distribuição de lucros dos fundos imobiliários

Acompanhe as discussões no portal da ANBIMA, na página Comitês > Representação > Produtos Imobiliários > Assuntos em Debate

CONHEÇA O COMITÊ

Presidente - Reinaldo Lacerda
Vice-presidente - Rodrigo Machado
Diretor de ligação - Luciane Ribeiro

Veja todas as informações sobre o comitê no QR Code ao lado.



Relatório Anual consolida todas as atividades de 2014

A atuação e as principais atividades da ANBIMA ao longo de 2014 estão reunidas no Relatório Anual. A publicação, que existe desde 2010, foi lançada pela primeira vez exclusivamente em formato digital e pode ser acessada em www.anbima.com.br/relatorioanual_2014.

“Estamos em um processo gradativo de migração de nossas publicações para o meio digital, incorporando variáveis de sustentabilidade às atividades da Associação”, afirma José Carlos Doherty, superintendente-geral da ANBIMA.

A publicação está dividida em: visão geral, estratégia, compromissos, atuação global, parcerias e serviços, investimentos, comunicação e



gente. Nesses capítulos, podem ser encontradas informações sobre o perfil da Associação; ações relacionadas aos compromissos de informar, autorregular, representar e educar; e um panorama do quadro interno, entre outros itens. “O relatório é a publicação

institucional que resume tudo que fizemos no ano anterior. É uma ótima leitura para quem quiser saber mais sobre nossa atuação e conhecer os esforços dispendidos em 2014 para atender aos compromissos assumidos com o mercado”, diz Doherty. ■

Conheça as iniciativas dos comitês

As principais ações executadas pelos nossos comitês ao longo do primeiro semestre de 2015 estão no Relatório dos Comitês, divulgado no dia 15 de julho. A publicação reúne todas as iniciativas ligadas aos comitês da ANBIMA: grupos com profissionais do mercado que trabalham,

voluntariamente, para representar os interesses das instituições associadas.

“O relatório oferece aos associados uma visão geral dos temas mais relevantes em discussão na ANBIMA. Muitas vezes, o participante de um comitê não tem ideia do que está em pauta no outro.

A publicação surgiu para suprir essa lacuna, oferecendo um retrato do que trabalhamos no período”, explica José Carlos Doherty, superintendente-geral da Associação. O documento destaca as ações que fazem parte do planejamento estratégico da ANBIMA e lista os ofícios enviados aos órgãos competentes.

Nossos comitês

REPRESENTAÇÃO

- Distribuição de Produtos no Varejo
- FIDC
- Finanças Corporativas
- FIP
- Fundos de Investimento (Ações e Renda Fixa & Multimercado)
- Gestores de Patrimônio Financeiro
- Mercado
- Private Banking
- Produtos Financeiros Imobiliários
- Representação do Selic
- Serviços Qualificados
- Tesouraria (Assuntos e Produtos)

PRODUTOS E SERVIÇOS

- Certificação
- Educação de Investidores
- Indicadores de Mercado
- Precificação de Ativos

APOIO

- Acompanhamento Macroeconômico
- Assuntos Fiscais e Contábeis
- Assuntos Jurídicos
- Compliance

Para facilitar a consulta, os comitês estão agrupados por: Representação, Apoio e Produtos e Serviços. A novidade é o reporte semestral dos comitês de Apoio e Produtos (veja todos no quadro), que até então era feito apenas no final do ano.

O Relatório dos Comitês está disponível no site exclusivo do associado no endereço www.anbima.associados.rtm. Caso não tenha acesso, fale com Têca Cidade, da área de Relacionamento com Associados, no telefone (11) 3471-5259. ■

Mais de 3 mil universitários concluem curso sobre educação financeira

Setenta e seis por cento afirmam que o conteúdo mudou a forma com que lidam com suas vidas financeiras

Cerca de 3 mil estudantes universitários concluíram o curso online de educação financeira oferecido pela ANBIMA, o “Planeje sua Liberdade”, durante o primeiro semestre de 2015. Os alunos são da FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas) e da Fucape Business School e têm, na maioria, entre 21 e 25 anos. Para 76%, o curso mudou a forma com que lidam com a vida financeira e 98% acharam que o conteúdo do curso desencadeou novas ideias sobre como utilizar o dinheiro de forma consciente.

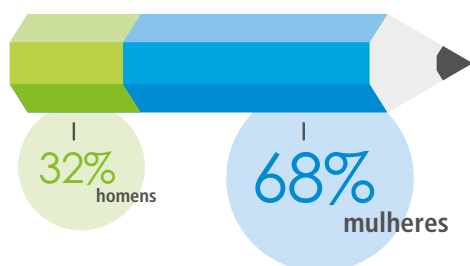
Dos 7.613 alunos que iniciaram o curso, 40% chegaram ao final e obtiveram o certificado. Para a superintendente de Educação da ANBIMA, Ana Claudia Leoni, “os números são bastante representativos para um curso online sem tutor, pois é esta figura que, em geral, mantém os alunos motivados até o final”. Os alunos também aprovaram o formato. Para 92% deles, a possibilidade de realizar o curso remotamente foi uma das motivações.

A iniciativa faz parte do programa de educação financeira da ANBIMA em parceria com universidades, o Como Investir em Você. O objetivo é levar as pessoas, de forma interativa, a refletirem sobre sua relação com o dinheiro. Composto por introdução (organização pessoal) mais cinco módulos – ganhar, gastar, guardar, investir e planejar – o curso conta com material expositivo e um ambiente colaborativo no qual os estudantes podem interagir e compartilhar experiências e planos para o futuro. ■

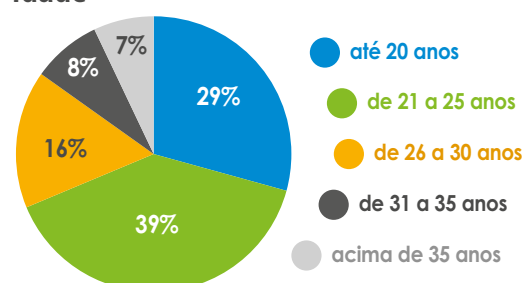


Perfil dos universitários

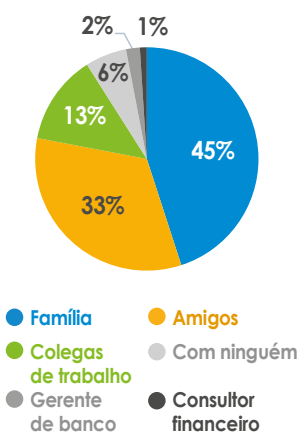
Gênero



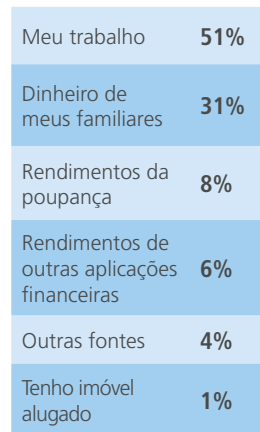
Idade



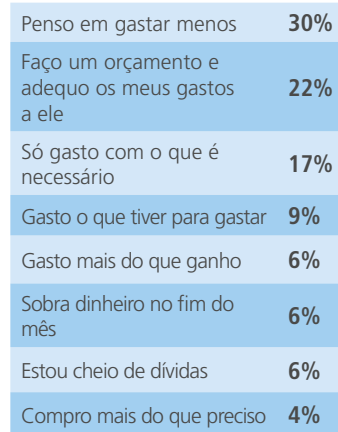
Com quem os universitários conversam sobre dinheiro?



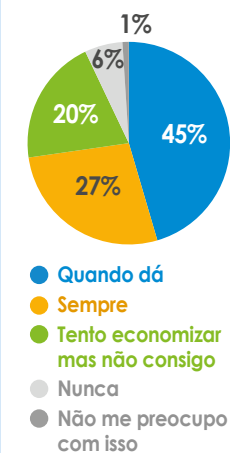
Quais são as suas fontes para obter dinheiro?



Em relação às despesas:



Economizam dinheiro?



Certificação

Em outubro, as áreas de RH das instituições associadas e aderentes poderão participar de um workshop para conhecer “Os caminhos do profissional bem-sucedido”. O conteúdo do evento terá como base o Relatório de Certificação, uma publicação semestral cuja próxima edição será lançada no mesmo mês. Os participantes poderão conhecer estatísticas como: quantas vezes, em média, um profissional faz a prova até conseguir a certificação, como os profissionais se preparam, entre outros aspectos. O evento será em São Paulo e terá transmissão pela internet. Também em outubro, os profissionais serão convidados a participar de um bate-papo online sobre carreira, com base no mesmo conteúdo.

Radar

As propostas da Comissão Europeia para reduzir as barreiras estruturais que impedem o desenvolvimento de um mercado de capitais comum entre os 28 países da União Europeia são destaque no 14º número do Radar ANBIMA. Confira a publicação no portal da ANBIMA, em “Informações Técnicas”, em “Estudos”. Se preferir, acesse o QR Code ao lado.



Abrapp

Associados têm 40% de desconto no 36º Congresso Brasileiro de Fundos de Pensão da Abrapp (Associação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar). O evento será realizado entre os dias 7 e 9 de outubro, em Brasília. As inscrições podem ser feitas pelo site do evento (www.congressodofundospensao.com.br). Para obter o desconto, os interessados têm que se cadastrar na categoria “Demais participantes” e depois selecionar a opção “Convênio ANBIMA”.



Agenda aberta

Em outubro, acontecerá mais uma edição do Agenda Aberta, um encontro com especialistas em educação financeira. Neste evento, os convidados conhecerão como as iniciativas das áreas de Educação da ANBIMA propostas para 2015 caminharão e poderão avaliá-las. Eles terão ainda a oportunidade de dar sugestões para o plano de trabalho da Associação do ano que vem.

Adesões

Em julho, as instituições Jus Capital, Safari, WTgoodman Consultoria aderiram aos códigos de Fundos de Investimento e de Certificação.

Ebook

Lançamos nosso primeiro e-book, isto é, um livro digital que pode ser lido no tablet, no smartphone ou no e-reader. O tema da publicação é a indústria de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios). O livro “Estudos Especiais: Produtos de Captação – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”

detalha as principais características e estruturas destes instrumentos, apresenta estatísticas e aborda os principais aspectos da regulação. O livro pode ser adquirido gratuitamente nas lojas Amazon, Apple e Kobo/Cultura. Você pode ver os links para cada uma dessas lojas no QR Code ao lado.

Guia do associado

As instituições associadas contam agora com um guia para conhecer melhor a ANBIMA e sua atuação. É um documento que pode ser usado também para consulta, uma vez que detalha as atividades da Associação. Os associados receberão o guia nas visitas de relacionamento. Se preferirem, podem consultar a publicação no site exclusivo do associado: www.anbima.associados.rtm.



INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena e Paula Diniz | Edição: Marleine Marques
PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salomonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnoli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, André Mello, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

www.anbima.com.br